

Thomaz Bastos condena a súmula vinculante na Justiça

Medida que consta da reforma do Judiciário imobilizaria os juízes de primeira instância, que estariam obrigados a seguir diretrizes do Supremo, afirma ministro. Mecanismo é defendido por senadores



O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, manifestou-se ontem contra a adoção da súmula vinculante, “anunciada como um remédio milagroso para limpar a pauta dos tribunais”. Em audiência na Comissão de Constituição e Justiça, o ministro defendeu o controle externo do Poder Judiciário, a unificação de critérios para ingresso nas carreiras e a quarentena dos membros do Judiciário e do Ministério Público, além da federalização dos crimes contra os direitos humanos.

TEMOR “Efeitos colaterais” da súmula vinculante preocupam Thomaz Bastos (à esquerda, junto de Edison Lobão e José Jorge)

Página 3



DIVERGÊNCIA Opositoristas (como Arthur Virgílio, ao microfone) contestam MP

Modelo do setor elétrico gera críticas. Falta de acordo impede votação de MPs

Em audiência, especialistas fazem restrições ao novo modelo do setor elétrico. Senadores da

oposição aprofundam as críticas em Plenário e impedem votação de medidas provisórias.

Páginas 4 e 5

Lei de Falências recebe sugestão de confederações

Página 7

Armando Monteiro, da CNI, (centro, ao lado de Tebet) fala aos senadores da CAE



J. Freitas



Roosevelt Pinheiro

EMPENHO Valadares quer saber como governo enfrenta a exploração de trabalhadores

Valadares pede informações sobre trabalho escravo no país

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou requerimento pedindo informações ao Ministério do Trabalho sobre as medidas que estão sendo adotadas para coibir o trabalho escravo no país. Ele também solicita dados sobre a infra-estrutura de pessoal, equipamentos e recursos financeiros postos à disposição do chamado "grupo de fiscalização móvel".

Emenda

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhou ontem mensagem ao Congresso Nacional solicitando a inclusão, na pauta da convocação extraordinária, da proposta de emenda à Constituição (PEC 438/01), de autoria do então senador Ademar Andrade, que determina a desapropriação da terra onde for comprovada a exploração de trabalho escravo. A matéria, em tramitação na Câmara dos Deputados, foi aprovada por unanimidade pelo Senado, em novembro de 2001.

A Constituição já prevê a desapropriação de terras onde há plantações ilegais.

Agenda

Projetos sobre novo modelo elétrico

A falta de acordo entre as lideranças impediu a votação dos dois projetos de conversão de medidas provisórias sobre o novo modelo elétrico brasileiro. Os projetos – PLVs 1/04 e 2/04 – dispõem, respectivamente, sobre a comercialização da energia e sobre a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e devem ser votados em sessão extraordinária hoje, a partir das 18h30.



Votação do PPA adiada novamente

A reunião de ontem da Comissão Mista de Orçamento (CMO) foi adiada para hoje, às 14h30, por falta de entendimento quanto ao relatório do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) ao projeto (PLN

30/03) do Plano Plurianual 2004-2007, que detalha os investimentos do governo durante o período. A proposta está na pauta da Comissão de Orçamento desde o fim de 2003.

Decisão sobre venda da Garoto será debatida na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discute hoje, às 9h30, a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de reprovar a compra da empresa de chocolates Garoto pela Nestlé. Deverão participar da audiência,



entre outros, o presidente do Cade, João Grandino Rodas (foto); o relator do processo sobre a venda da Garoto, conselheiro Thompson Almeida Andrade; e o secretário de Direito Econômico, Daniel Goldberg.



Comissão vota criação de cargos no TST

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se às 10h para votar projeto que dispõe sobre a transformação de funções comissionadas em cargos em comissão no quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho (PLC 2/04). A audiência pública com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Maurício Córrea, prevista para hoje, foi adiada para a próxima semana.

Continua debate sobre a questão indígena

Na reunião de amanhã, às 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) continua o debate em torno da demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul e Roraima. Participam do encontro os governadores de Roraima, Flamarion Portela, e de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, além de representantes do Ministério Público Federal.



Rodrigo Balseiro/CFR

Agricultura Familiar na TV

No *Cidadania* de hoje, exibido pela TV Senado às 19h30, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e o consultor de tributos do Sebrae, André Spínola, discutem como a burocracia pode dificultar o desenvolvimento do país. Às 20h30, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) fala sobre a agricultura familiar no programa *Entrevista*.

Imigração ilegal em pauta

Consta da pauta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), amanhã às 10h, a exposição dos senadores Marcelo Crivella e Hélio Costa sobre a repatriação de 922 brasileiros detidos nos Estados Unidos por imigração ilegal. Os parlamentares visitaram presídios naquele país no começo deste ano.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Roosevelt Pinheiro

CRIME Paulo Paim constata que assassinato de dentista não é um caso isolado de violência

Paim quer aprovar logo estatuto sobre igualdade racial

O senador Paulo Paim (PT-RS) propôs ontem aos deputados e senadores um aditamento à pauta da convocação extraordinária, com o objetivo de votar rapidamente o Estatuto da Igualdade Racial e o projeto que determina a desapropriação de terras onde for constatado trabalho escravo. Com isso, o senador quer dar uma resposta ao assassinato do dentista negro Flávio Ferreira Santana por policiais militares de São Paulo e ao ato de racismo que teria sido praticado por uma proprietária de pousada em Brasília contra descendentes de escravos.

Paim comentou que a morte do dentista e a situação vivida pelos descendentes de escravos, que teriam sido impedidos de se hospedar na Pousada Sossego sob a alegação de que "sujariam os lençóis", não são fatos isolados.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) disse que continuará lutando para que casos de racismo não se repitam. Já o senador Almeida Lima (PDT-SE) opinou que o país não pode ser tolerante com nenhum tipo de racismo. Para o senador Mão Santa (PMDB-PI), o governo deveria se inspirar nos Estados Unidos, onde o Exército já chegou a ser mobilizado para garantir os direitos dos negros.

O senador João Capiberibe (PSB-AP) comentou que o Brasil foi construído em cima "da discriminação e do preconceito" e Romeu Tuma (PFL-SP) esclareceu que no episódio do assassinato do dentista, "a instituição Polícia Militar não pode ser envolvida com o caso". O próprio comandante da corporação, segundo Tuma, garantiu que a PM não compactuará com o crime.

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Dispositivos como controle externo e federalização dos crimes contra direitos humanos foram defendidos pelo ministro da Justiça durante audiência na CCJ

Thomaz Bastos condena súmula vinculante

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, afirmou ontem ser “radicalmente contrário” à implantação da súmula vinculante no âmbito da reforma da Poder Judiciário. A medida imobilizaria os magistrados de primeira instância, que estariam obrigados a seguir diretrizes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), disse ele durante audiência pública promovida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– Anunciada como um remédio aparentemente milagroso, ao qual se atribui o condão de limpar a pauta dos tribunais e acabar com a morosidade, a súmula vinculante tem tantos efeitos colaterais que acredito ser uma temeridade a sua implantação – alertou.

Em defesa de seu argumento, o ministro citou o caso do confisco das poupanças no in-



RAPIDEZ Márcio Thomaz Bastos (ao lado de Lobão e José Jorge) anuncia que governo vai propor a simplificação dos recursos

cio do governo Collor. Ele observou que, à época, o STF adotou uma postura “ambígua” em relação à medida e que a solução dos problemas dos poupadores nasceu de decisões de juízes de primeira instância, que liberaram recursos das contas congeladas. “Se as súmulas vinculantes já existissem, elas

teriam impedido os brasileiros de recuperar suas poupanças sequestradas”, advertiu.

Para Bastos, já existe alternativa à adoção das súmulas vinculantes. Trata-se, a seu ver, da competência privativa do Senado para “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional

por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”.

O ministro da Justiça defendeu a adoção de mecanismos de controle externo do Poder Judiciário, a unificação dos critérios para ingresso nas carreiras e a quarentena dos membros do Judiciário e do Ministério Público, além da federalização dos crimes contra os direitos humanos.

Simplificação

Márcio Thomaz Bastos anunciou que o governo federal deverá enviar ao Congresso Nacional, até o fim do ano, projeto de lei destinado a simplificar o sistema de recursos atualmente em vigor no Poder Judiciário. O ministro observou que a reforma em tramitação no Senado é “necessária, mas não suficiente” para aperfeiçoar o funcionamento da Justiça. Igualmente importantes, a seu ver, são mudanças infraconstitu-

cionais e até mesmo administrativas nos tribunais, como a modernização de procedimentos e a informatização dos processos.

O ministro informou que juristas de vários estados estão participando da elaboração do projeto para simplificar o sistema de recursos, muitas vezes apontado como um dos responsáveis pela demora nas decisões judiciais.

Outro grupo, segundo disse, está trabalhando na elaboração de uma proposta para agilizar a execução de títulos judiciais. Atualmente, recordou, “não é incomum que execuções levem de cinco a dez anos”.

Entre as medidas administrativas que vêm sendo estudadas pelo governo, Bastos mencionou a realização de uma pesquisa para avaliar o impacto do funcionamento do Judiciário no chamado custo Brasil.



SOLUÇÃO Importância da súmula vinculante para permitir agilidade na atuação da Justiça é destacada por integrantes da comissão

Adoção do mecanismo é defendida por senadores

Na audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com o ministro Márcio Thomaz Bastos, vários senadores se manifestaram favoráveis à prerrogativa do Supremo Tribunal Federal (STF) de editar súmulas que contenham resultados de julgamentos que vinculem decisões sobre outras ações análogas. O ministro disse ser contra a adoção da medida.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) divergiu de Bastos por entender que nem toda matéria analisada pelo STF será objeto de súmulas. A proposta, informou Jefferson, é que só haverá súmula acerca de temas sobre os quais haja multiplicação de ações idênticas. “Em última instância, quem fala é o Congresso. Por lei ou por mo-

dificação da Constituição, deruba-se a súmula do Supremo”, acrescentou.

Já o senador Demostenes Torres (PFL-GO) avaliou que a possibilidade de modificações nas súmulas do STF, revertendo a jurisprudência sedimentada, será mantida. Ele enfatizou que, ainda que haja decisões reiteradas do Supremo sobre um assunto, para que se edite uma súmula serão necessários os votos de dois terços dos ministros.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) também afirmou que os tribunais funcionariam melhor com a súmula vinculante. “Vamos diminuir o número de feitos no tribunal. É compreensível que os juízes de primeira instância ou os advogados não queiram a súmula vinculante.

Quanto mais a causa demorar, melhor para os advogados. Essa é uma posição da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para quem é uma coisa útil não ter a súmula.”

Na opinião de Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo, a posição da OAB não está de acordo com o que estabelece a proposta, que prevê a possibilidade de questionamento da súmula por meio de ação declaratória de inconstitucionalidade (Adin), pelos Tribunais de Justiça ou pela própria entidade dos advogados.

O líder do bloco governista, Tião Viana (PT-AC), disse que a bancada reconheceu a utilidade da adoção da súmula vinculante para o STF e da súmula impeditiva de recursos para os demais tribunais superiores.

Renan Calheiros (PMDB-AL) classificou a indicação de rumo para decisões sobre casos semelhantes pela súmula vinculante como “fundamental” para dotar o Judiciário de agilidade, melhorando o acesso à Justiça e reduzindo a quantidade de recursos.

Para Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a competência do Senado para declarar a inconstitucionalidade de leis, a transferência de parte da competência do STF para o Superior Tribunal de Justiça e a diminuição do número de processos dos quais União e estados são parte por meio de mecanismos administrativos, como sugerido por Bastos, podem não ser suficientes para impedir que o Supremo se envolva em questões sem relevância.

Discussão do relatório deve começar no fim do mês

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), anunciou que a audiência com o presidente do STF, Maurício Corrêa, que estava marcada para hoje, foi adiada, a pedido do ministro, para a próxima semana. Dessa forma, disse, o relatório do senador José Jorge (PFL-PE) deve ser analisado após a semana do carnaval.

– O desejo era que durante a convocação extraordinária tivéssemos podido votar a reforma do Judiciário, pelo menos na CCJ – declarou. Lobão agradeceu ao ministro da Justiça pelos “valiosos conceitos e opiniões trazidos à comissão”.

O relator José Jorge pediu que o Senado seja pragmático no exame da matéria, deixando que os demais temas sejam tratados em outras propostas.

– A reforma deve ser um trabalho permanente, realizado em conjunto pelo Legislativo e pelo Judiciário, com a participação do Executivo, para que a Justiça brasileira seja moderna, atuante e rápida – afirmou.

SETOR ELÉTRICO

Em audiência proposta pelos senadores Rodolpho Tourinho e José Jorge, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, dirigentes de entidades debatem medida provisória que muda as regras do setor



SUGESTÕES Senadores da CI deverão apresentar emendas à proposta elaborada pelo governo federal

Especialistas criticam MP que define novo modelo

Especialistas do setor elétrico criticaram em audiência pública ontem, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), a medida provisória (MP) proposta pelo governo que modifica o setor elétrico. A principal crítica foi relativa à mudança de modelo, que gera uma custosa transição. Para os especialistas, seria melhor corrigir o modelo atual. O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), um dos autores do requerimento que gerou a audiência, informou que a comissão deverá apresentar entre dez e 14 emendas à MP.

A discussão na CI girou em torno das MPs 144 e 145, de 2003, que deverão ser examinadas hoje em Plenário. Os palestrantes abordaram especialmente a Medida Provisória 144. O presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Cláudio Sales, apontou como o maior problema o fato de a MP garantir ao governo federal poder regulatório praticamente ilimitado no setor de energia elétrica.

O professor da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (Coppe/UFRJ), Adriano Pires, afirmou que o modelo proposto terá vários efeitos nocivos no mercado, como inibir investimentos privados, não garantir oferta e aumentar o risco dos investidores. Além disso, a medida não trata da universalização da energia e cria duas situações, a “energia nova e a energia velha”, sendo que a “velha” tende a ficar mais barata, de acordo com o professor.

Ainda de acordo com Adriano Pires, a proposta do governo também aumenta o risco para o distribuidor, pressiona o custo do serviço e não dá certeza do repasse dos custos, podendo levar a um processo de estatização. “A MP é um cheque em branco ao governo”, disse o professor. O especialista também indicou que a centralização das decisões nas mãos do Ministério de Minas e Energia gera uma tendência de politização do setor. “O investidor de

infra-estrutura tem retorno de médio e longo prazos e essa politização deixa as regras dependentes de troca de poder”, afirmou.

Expectativa

O diretor presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abra-dee), Luiz Carlos Guimarães, afirmou que a expectativa do mercado era que o atual governo, em vez de propor novo modelo, melhorasse o antigo.

De acordo com Guimarães, os distribuidores estão “de joelhos”, pois o setor vive uma situação difícil e passou por uma redução de mercado violenta com o racionamento. O novo modelo não dá garantia de repasses aos distribuidores, uma vez que a regulamentação estatal voltará. “Quem investiu se sente traído”, disse. Ele destacou que hoje a universalização de distribuição de energia elétrica está em torno de 96% do país, “uma penetração sem paralelo nos outros serviços básicos”, destacou.

Mudança deve ampliar poder do Executivo

O presidente e o vice-presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), Eric Westberg e Paulo Born, apontaram como principais falhas do modelo do setor elétrico brasileiro, proposto pela MP 144/03, a instabilidade que irá provocar nos preços da energia, a falta de garantias de que as regras do mercado serão permanentes e os privilégios que terão as novas usinas em relação às já existentes.

Westberg e Born participa-

ram da audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) para debater o novo modelo energético, por convocação dos senadores Rodolpho Tourinho e José Jorge (PFL-PE), ambos ex-ministros de Minas e Energia do governo Fernando Henrique Cardoso.

Por sua vez, o presidente da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel), Paulo César Coelho Tavares, disse que “o mais assustador” no modelo proposto pelo governo está

no artigo 1º. Ali, segundo ele, está claro que o Executivo tem poderes absolutos sobre o mercado, “pode inclusive virar as regras do mercado de cabeça para baixo”, explicou. Coelho Tavares acha que a intermediação do governo nos contratos de compra e venda de energia elétrica irá encarecer preços, e que o planejamento centralizado não é solução – ao contrário, a capacidade de previsão da realidade de mercado é pequena e implicará riscos enormes.

Geradoras prevêm perda de investimento

Durante audiência pública realizada ontem na CI para debater mudanças propostas para o setor elétrico brasileiro, o vice-presidente da Associação Brasileira de Geradoras Termoeletricas (Abraget), Antonio Manuel Rocha, afirmou que os investidores que apostaram em usinas termoeletricas acreditando nos contratos firmados com o governo anterior estão em situação difícil.

Segundo ele, há usinas cujas obras já começaram, com autorização para funcionar como “independentes”, mas que, com a edição das MPs, foram impedidas de participar de licitações de “energias novas”. O representante da Abraget pediu que a medida provisória seja modificada. “Há mais de US\$ 2 bilhões investidos”, advertiu.

O diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Pedro Krepel,

disse que “cada mudança na legislação para o setor introduz cada vez mais ineficácia”. Ele opinou que teria sido mais fácil ajustar o modelo anterior do que criar uma nova proposta e lembrou que, apesar de faltar apenas garantir o acesso de 4% da população à luz elétrica para chegar à universalização do sistema, essa “milha final” é a mais cara, pois se tratam dos locais mais inacessíveis. “Alguém terá que pagar o preço por ela”, avisou.

O senador José Jorge, presidente da CI e co-autor do requerimento propondo a realização da reunião, lamentou que o governo tenha anunciado um novo modelo para o setor, ao invés de corrigir o anterior. Para José Jorge, seria melhor a busca de solução para os problemas sem fazer alarde, para que tudo acontecesse de maneira mais harmoniosa.

Senadores divergem sobre a proposta do governo

O senador Rodolpho Tourinho defendeu uma presença forte do Estado no setor de energia elétrica, principalmente nos períodos de transição, como o atual, para que se evite vazios de planejamento. Tourinho, ex-ministro de Minas e Energia, lembrou que a média de investimentos em energia elétrica nos anos 80 foi de US\$ 12,6 bilhões e que nos anos 90 caiu à metade, justamente quando o governo anterior mudava o modelo.

De acordo com o senador, ficou claro que deveriam ter sido construídas usinas termoeletricas no começo dos anos 90, para evitar o déficit que levou ao apagão de 2001. Na verdade, segundo ele, no modelo atual o Ministério de Minas e Energia não tem poder nenhum.

– Planejamento é fundamental. Era preciso que se construísse uma Itaipu a cada quatro anos para atender ao aumento de demanda – explicou, dizendo que o planejamento tem que caber ao governo, enquanto a fiscalização e a regulação caberiam às agências.

O senador João Tenório (PSDB-AL) disse que o Executivo tem buscado subtrair poder das agências reguladoras “com uma certa complacência do Legislativo”, e que é preciso buscar fontes alternativas ao modelo quase exclusivamente baseado

na energia de origem hidráulica.

Já o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu o modelo que está sendo proposto pelo governo, que segundo ele protege o consumidor e não

apenas o investidor. Em resposta, o presidente da CBIEE, Cláudio Sales, disse que, como está, a medida provisória “é um vetor que aponta para baixo”, e que confia no aperfeiçoamento da proposta pelo Senado. “Realmente, temos aqui uma agenda mínima de mudanças, mas é o possível politicamente”, acrescentou. O vice-presidente da Abraget, Antônio Manuel Rocha, disse que para tornar viáveis as usinas termoeletricas é preciso investir na baixa do preço do gás, que representa 55% dos custos da usina.

Para Tourinho, Estado deve ter presença forte durante período de transição

SETOR ELÉTRICO

Oposição impede que proposta do Executivo seja examinada pelo Plenário

Falta de acordo adia a votação e tranca a pauta

A oposição impediu ontem a votação das medidas provisórias (MPs) que estavam na ordem do dia, o que levou ao trancamento da pauta de votações do Plenário do Senado. A falta de acordo foi declarada pelos opositoristas em relação às MPs 139/03 e 140/03, que tratam, respectivamente, da destinação de recursos para a educação de portadores de deficiência e para a ampliação e modernização da frota pesqueira. Os líderes do governo disseram acreditar que a medida provisória que altera o setor elétrico é a verdadeira razão da recusa dos opositoristas.

Por decisão do presidente do Senado, José Sarney, as MPs 139 e 140 serão votadas em sessão extraordinária hoje, às 18h30. Conforme Sarney, a determinação da Mesa é de que, na falta de acordo, a Presidência deve aguardar duas sessões plenárias antes de colocar as matérias novamente em votação.

Até o meio da tarde da segunda-feira, a MP 144, que estabele-

ce um novo modelo para o setor elétrico, estava em primeiro lugar na ordem de votações, mas caiu para terceiro em função da chegada das Medidas Provisórias 139 e 140.

Na manhã de ontem, o novo modelo do setor elétrico sofreu duras críticas durante debate com empresários da área de energia, o que voltou a ocorrer na chamada hora do expediente, quando os senadores discursam sobre temas de livre escolha. Um dos críticos da medida foi o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que alertou para o efeito danoso que a MP poderá causar sobre os investimentos no setor.

Prejuízo

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) lamentou que as medidas dos portadores de deficiência e da frota pesqueira não tenham sido votadas, uma vez que nenhuma reclamação havia sido feita contra elas. Para Ideli, a oposição alegou desacordo para bombardear a proposta para o setor elétrico. A senado-

ra lembrou que a medida votada aos portadores de deficiência foi editada para liberar os recursos bloqueados por causa de veto presidencial a artigo de projeto aprovado pelo Congresso. Assim, a matéria atenderia a pleito da oposição.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), pediu "mais clareza" dos opositoristas ao expressar desacordo sobre esta ou aquela medida para que as diferenças possam ser negociadas.

– Apelo no sentido de que possamos votar as duas e depois a do setor elétrico – disse.

Em resposta, Efraim Morais (PFL-PB) disse que não estava vendo o mesmo empenho do governo na votação da proposta de emenda à Constituição paralela da Previdência (PEC 77), na Câmara (onde tramita com o nº 227/04). Conforme Efraim, a votação da proposta foi objeto de compromisso do governo e figura como o principal motivo de convocação extraordinária do Congresso.

Sistema proposto prejudica o Tocantins, afirma Quintanilha

**Quintanilha: novo modelo inviabilizará desenvolvimento**

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) protestou contra as mudanças no modelo de matriz energética estabelecidas na medida provisória (MP 144) que está sendo examinada pelo Senado. Caso aprovadas, elas prejudicarão o Tocantins e a médio prazo inviabilizarão o projeto de desenvolvimento econômico do estado.

Segundo ele, a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, ao exigir que o produto da nova hidrelétrica do Tocantins seja vendido a preço de custo, que é muito baixo, para ser mixado com outras fontes, resultará em preços mais altos. Ao ser revendida ao Tocantins, a energia elétrica precisará ser cobrada em valores mais elevados para os consumidores.

Quintanilha defendeu ainda a necessidade de o poder público fortalecer o sistema nacional de ciência e tecnologia, destinando mais recursos para o setor, com bolsas para pesquisadores e oportunidades para novos profissionais.

Eduardo contesta análise de matéria "a toque de caixa"

**MP resgata modelo estatizante do setor, afirma Eduardo**

Em nome da liderança do PSDB, Eduardo Siqueira Campos (TO) afirmou que não irá votar "a toque de caixa" a medida provisória que fixa novas regras para a comercialização de energia elétrica no país.

– Se a Câmara não tem compromisso com a velocidade na apreciação da PEC paralela, que é de interesse dos servidores públicos, o Senado não pode votar de forma apressada uma proposta que ameaça o marco regulatório do setor e traz prejuízos ao Tocantins e ao país – disse.

Apesar de reconhecer a competência da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, o senador vê na MP a tentativa de retorno ao modelo estatizante do setor energético. Conforme destacou, basta uma simples consulta à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para verificar que investidores estrangeiros têm desistido de construir usinas hidrelétricas em função da insegurança em torno das regras.

**VOLTA** Ao presidir os trabalhos do Plenário, após 17 dias afastado por problemas renais, Sarney é cumprimentado pelos senadores

Sarney retorna e anuncia sessão extraordinária

Dezessete dias depois de submeter-se a uma litotripsia – o esmagamento de cálculo renal com ultra-som –, o presidente do Senado, José Sarney, voltou às suas atividades, presidindo a sessão de ontem. Ele recebeu cumprimentos de inúmeros senadores e funcionários da Casa pelo retorno.

Licenciado em razão do problema renal, o presidente apresentou requerimento para devolver ao Senado os subsídios da convocação extraordinária.

Ele alegou que, tendo ficado afastado na maior parte do tempo, não tinha por que receber a ajuda de custo.

Na presidência dos trabalhos, Sarney informou que não havia acordo entre as lideranças para votar os quatro projetos de lei de conversão (PLV) decorrentes de medidas provisórias, que aguardavam deliberação. E anunciou que será realizada sessão extraordinária hoje, às 18h30, para votação das matérias.

Arthur Virgílio quer respeito aos prazos para exame de MPs

**CRÍTICA** Quebra de praxe na relatoria de medida provisória é condenada por Arthur Virgílio

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediu ao governo e aos seus líderes que não desrespeitem os prazos para votação de medidas provisórias no Senado. Ele ressaltou que, mesmo não constando no Regimento Interno da Casa ou na Constituição federal, é praxe que tramite durante três dias qualquer medida provisória sobre a qual não exista acordo entre os senadores.

Segundo o parlamentar, recentemente foi quebrada uma praxe quando o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que tinha sido indicado pelo seu partido para relatar a medida provisória que cria novos cargos no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), foi substituído pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN). Arthur Virgílio lembrou que, tradicionalmente, o partido que relata a matéria na Câmara dos Deputados indica também o relator no Senado.

Em resposta, o senador Tião Viana (PT-AC), líder do seu par-

tido, opinou que, baseado no Regimento, a relatoria da MP somente seria entregue ao PSDB no Senado se o relatório apresentado na Câmara pelo deputado peessedebista fosse aprovado. Como o parecer foi rejeitado, completou, é natural a troca de partido na relatoria da matéria.

Já o presidente José Sarney, respondendo a afirmação feita por Arthur Virgílio de que o governo Lula não tinha cumprido a promessa de negociar mudanças na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), informou que lembrará ao líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), o compromisso assumido.

Arthur Virgílio também cobrou do governo "mais ações concretas e menos propaganda".



URGÊNCIA César Borges lamenta situação de portos e ferrovias da Bahia

César Borges considera irrisória quantia destinada às estradas

O senador César Borges (PFL-BA) considerou irrisório o valor de R\$ 7,5 milhões que o Ministério dos Transportes liberou para a recuperação das estradas baianas. Ele afirmou ontem que já são 78 municípios em situação de emergência e dois em estado de calamidade na Bahia. As chuvas destruíram diversos trechos das BRs

110,407 e 116.

De acordo com César Borges, no setor de transporte ferroviário, nem o governo nem os concessionários do serviço têm realizado os investimentos necessários para a expansão dessa modalidade no Brasil. Apesar do baixo custo, o setor responde por apenas 9% do transporte de cargas do país. Já o setor portuário, acrescentou o senador, caminha para o colapso na Bahia.

– É preciso, portanto, que o governo aja rapidamente no sentido de recuperar e modernizar a nossa infra-estrutura, garantindo as condições necessárias para que o país possa crescer e gerar os empregos tão esperados pelo povo brasileiro – defendeu o senador.

Falecimento

César Borges registrou ainda o falecimento do administrador e cacauero José Haroldo Castro Vieira Filho, que faleceu aos 76 anos na sexta-feira, em Salvador. José Haroldo contribuiu de forma inestimável para a recuperação da lavoura cacauera brasileira, lembrou o senador baiano.

José Jorge vai convocar ministro e diretor do Dnit

O senador José Jorge (PFL-PE) anunciou ontem que apresentará requerimento pedindo a convocação do ministro dos Transportes, Anderson Adauto, e do diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), José da Silva Coutinho, para que eles prestem esclarecimentos sobre as denúncias de pagamento de propina de até 22% no órgão.

O senador considerou inédito o fato de o diretor do Dnit ter enviado três correspondências ao procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, e ao corregedor-geral da União, Waldir Pires, denunciando 15 casos de corrupção no próprio órgão que dirige. De acordo com o senador, Coutinho e Adauto não se entendem, mas ambos foram indicados pelo vice-presidente da República, José Alencar.

José Jorge lembrou que o Dnit é a principal autarquia do Ministério dos Transportes, que substituiu o antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), extinto no governo passado, exatamente por seu envolvimento em denúncias de corrupção. O Dnit ainda é um dos órgãos mais ricos da União, devido ao volume de obras que realiza.



DENÚNCIAS José Jorge quer esclarecimentos de Anderson Adauto e José da Silva Coutinho

Maguito propõe reajuste nos limites do Simples

Segundo o senador, a correção é uma forma de dinamizar as empresas e a arrecadação federal

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) defendeu ontem um reajuste de 70,06% nos valores para inscrição das empresas no Simples (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte). O reajuste corresponderia à variação do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) entre outubro de 1999 e agosto de 2003. Dessa forma, seriam aumentados os limites que definem o enquadramento das empresas no Simples, que hoje são de R\$ 120 mil para micro-



SONEGAÇÃO Maguito garante que os inscritos no Simples não lesam o erário

empresas, e entre R\$ 120 mil e R\$ 1,2 milhão para empresas de pequeno porte.

Esses valores, de acordo com o senador, não têm sido capazes de englobar a maior parte

das micro e pequenas empresas, pois foram corroídos pela inflação.

– O governo do presidente Lula tem a oportunidade de demonstrar mais uma vez o caráter desenvolvimentista do seu programa. Queremos que o tributo seja cada vez mais uma decorrência da riqueza produtiva. A atualização desses valores é uma forma eficaz de dinamizar a um só tempo as empresas e a arrecadação federal – afirmou.

Para Maguito Vilela, o tempo demonstrou que o Simples, “mais que um instrumento de justiça social, é um meio eficaz de elevar a arrecadação. Os que sonegam impostos e lesam o erário não estão entre os que se inscreveram no Simples, mas entre aqueles que participam dos grandes conglomerados econômicos do país”.

Camata acha estranho voto no Cade

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) criticou o voto do relator no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Thompson de Andrade, no processo sobre a compra da Garoto pela Nestlé. Para ele, o voto é “estapafúrdio e muito estranho e parece ter sido direcionado”. Ele salientou que o voto aprovado pelo Cade não manda a Nestlé vender a Garoto, mas fatiá-la e vender as marcas e direitos para uma empresa, e o maquinário para outra.

– A propriedade das marcas eu já sei para quem é, porque no mesmo dia o relator disse que era para os funcionários não se preocuparem, porque ele já tinha um comprador para a Garoto. Na audiência de hoje, precisamos saber se ele é membro do Cade ou é vendedor de fábrica de bombom – afirmou

o parlamentar.

Para o senador, ao determinar a venda da marca para um comprador e dos equipamentos para outro, o Cade “já jogou as ações lá no chão”.

– Conservou para o Espírito Santo os galpões, talvez para abrigar os oito mil desempregados, como Hitler fazia – comparou. Camata afirmou que o Cade “aplicou a pena de morte” à Garoto ao não permitir a conclusão da venda em troca de uma diminuição na participação do mercado, como a venda de uma marca ou uma queda forçada na produção.

O parlamentar criticou ainda o fato de o Cade ter demorado três anos para se pronunciar sobre a venda da Garoto para, aprovada sua decisão, dar 20 dias de prazo para que a Nestlé apresente um projeto de ven-



HISTÓRIA Camata compara venda da Garoto aos galpões utilizados por Hitler

da da empresa.

Para Gerson Camata, a decisão do Cade “prejudica todas as manifestações do presidente (da República, Luiz Inácio Lula da Silva) e de seus ministros, em busca de mais empregos para o Brasil”.



SUSTENTAÇÃO Renan vai deixar o presidente Lula livre para decidir de quem será a vaga

PMDB não quer liderança do governo, garante Renan

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) anunciou ontem que o PMDB não reivindicará a liderança do governo no Congresso. O cargo está vago e era ocupado pelo senador peemedebista licenciado e atual ministro da Previdência Social, Amir Lando. Líder do PMDB no Senado, Renan disse que a indicação do líder do governo não deve responder a demandas políticas.

– Vamos deixar o presidente Lula com liberdade para tomar as decisões que melhor estabilizem a base de sustentação do governo – declarou. Renan chegou a admitir a pretensão de o PMDB manter-se no cargo, mas sustentou que, se isso não ocorrer, não será motivo para deixar de apoiar o PT na busca pela governabilidade do país.

Renan também manifestou “repúdio e indignação” pela nomeação do delegado aposentado da Polícia Federal João Batista Campelo, acusado de ter atuado como torturador durante o regime militar, para a Procuradoria Jurídica da Câmara Legislativa do Distrito Federal. O senador lembrou a repercussão negativa junto à opinião pública com a indicação de Campelo para a diretoria geral da PF, em 1999.

LEI DE FALÊNCIAS

Comissão de Assuntos Econômicos ouviu ontem sugestões das confederações. Presidente da CAE, Ramez Tebet destaca valor da contribuição das audiências públicas

Trabalhador na assembleia de credores

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), relator do projeto que modifica a Lei de Falências, disse que irá estudar com especial atenção a proposta da Confederação Nacional da Indústria (CNI) de incluir na Assembleia Geral de Credores a participação dos empregados das empresas com falência decretada ou em recuperação judicial. Tebet considerou que essa foi uma das grandes contribuições obtidas com os debates de ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O assessor jurídico da CNI, Sérgio Campinho, sugeriu que na classe de credores trabalhistas seja expressa a participação dos funcionários que continuam na folha de salários das companhias em dificuldades financeiras. Além dos trabalha-

dores, a CNI propõe que a Fazenda Pública tenha assento na Assembleia de Credores.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) ressaltou que o trabalhador necessita de dispositivos legais que garantam a ele preferência no recebimento de créditos trabalhistas.

A introdução de regras que favoreçam à recuperação das empresas é uma das principais inovações da nova Lei de Falências, afirmou o presidente da Confederação Nacional da Indústria, deputado federal Armando Monteiro (PTB-PE). Ele advertiu que uma legislação que não garanta os direitos dos credores terá como consequência inibir a oferta de crédito, a participação dos investimentos de terceiros, o desenvolvimento de novas modalidades

de financiamento, com reflexo no próprio custo do crédito.

Monteiro defendeu algumas mudanças, a começar pela regulação da responsabilidade dos sucessores nos débitos trabalhistas que, observou, deverão ser liberados do encargo. Sugeriu ainda a efetiva participação da Fazenda Pública no processo de recuperação, a eliminação do risco de restituição de bens na recuperação da empresa; o impedimento da utilização do pedido de falência como ação de cobrança; a definição adequada dos sujeitos passivos da falência e da recuperação; a redefinição da exigibilidade das multas ambientais na recuperação judicial; e proibição de alienação de bens por sujeito passivo em débito com a Fazenda Pública.



INOVAÇÃO Armando Monteiro (segundo à esquerda, ao lado de Tebet) quer regras para favorecer recuperação das empresas

Comércio pede manutenção da concordata para microempresa

Fotos: J. Freitas



FACILIDADE Para Cárito Esteves (D), a concordata é um mecanismo mais simples do que a recuperação judicial

A Confederação Nacional do Comércio (CNC) solicitou aos senadores da CAE que a concordata seja mantida para as micro e as pequenas empresas no projeto de lei que regula as falências (PLC 71/03). O representante da entidade, Cárito Augusto de Freitas Esteves, afirmou que a concordata é um mecanismo muito mais simples do que a recuperação judicial, uma das principais novidades do projeto aprovado pelos deputados, e que alcança os créditos quirografários, como duplicatas e promissórias, que predominam nas dívidas das empresas.

No entanto, instituída no lugar da concordata, a recuperação judicial permite que no plano de reestruturação das companhias, submetido à Assembleia de Credores, haja uma "ampla" possibilidade de renegociação dos créditos, como ressaltou Esteves.

Por essa razão, o pleito da CNC é de que as vantagens introduzidas pela recuperação judicial sejam mantidas nessa concordata específica para as empresas de menor porte. Esteves chamou de "concordata modernizada", lembrando que

as micro e as pequenas empresas dificilmente têm "grandes dívidas financeiras e fiscais", e que na sua avaliação conseguiram melhor tratamento legal no projeto de lei.

Outra mudança proposta pela CNC, que beneficiaria especialmente as empresas de menor porte, é a possibilidade dos devedores apresentarem um plano a ser homologado pelo juiz em que, ouvindo os credores quirografários — aqueles que são portadores de cheques, duplicatas ou promissórias —, possa ser estabelecida uma ordem de preferência para esses pagamentos, priorizando os que são essenciais para o funcionamento das companhias. Esteves exemplificou com o caso da Parmalat, que já está enfrentando a falta de fornecimento de leite, matéria-prima

essencial para o seu negócio, porque não está conseguindo liquidar os seus compromissos com os produtores de leite.

Dívidas tributárias

A CNC defendeu que o Senado inclua no texto, de forma mais explícita, o parcelamento das dívidas tributárias, não remetendo simplesmente ao Código Tributário Nacional.

A entidade também reivindicou que possa haver um mecanismo parecido com o da atual concordata suspensiva, em que os credores possam pedir a reversão do processo de falência na recuperação judicial.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) quer a inclusão das pessoas físicas no projeto. O próprio relator da matéria na Câmara, deputado Osvaldo Biolchi (PMDB-RS), fez solicitação semelhante.

Senadores apóiam tratamento diferenciado para a agricultura

O setor agropecuário precisa de uma legislação que atenda as suas peculiaridades específicas no caso de falências e recuperação judicial e extrajudicial. O pleito, formulado pelo representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) Luiz Antonio Muniz, recebeu ontem o apoio de vários senadores da CAE.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) considerou fundamental que o projeto de lei em discussão na CAE faça uma diferenciação dos produtores de menor porte em relação aos demais.

A CNA pediu que haja uma distinção melhor na lei entre os que produzem para o sustento familiar e os que estão engajados comercialmente na atividade. Sugeriu que essa classificação seja feita pela renda do produtor, uma reivindicação histórica da entidade, já que um microprodutor familiar de hortaliças no cinturão verde de São Paulo, por exemplo, pode obter ganhos muito maiores do que um proprietário com grande extensão de terra no pantanal ou na caatinga.

O projeto de lei também precisa ter sua redação melhorada,

na visão da CNA, para esclarecer quem está incluído em cada artigo da lei, porque o texto aprovado na Câmara refere-se às vezes de maneira genérica ao devedor, enquanto em outros artigos fala da empresa e do empresário.

Em resposta a Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Muniz propôs a adoção de um sistema de glossário para deixar claro quem é atingido pela lei. O relator Ramez Tebet (PMDB-MS), avisou que irá estudar melhor essa conceitualização.

Muniz pediu a simplificação de exigências legais para os produtores de menor porte, à semelhança do tratamento concedido no projeto de lei às micro e às pequenas empresas. Ele compartilhou a preocupação da Confederação Nacional do Comércio (CNC) em relação ao pagamento preferencial aos fornecedores de matérias-primas incluídos no rol dos créditos quirografários (sem privilégio ou preferência), como forma de evitar o "efeito dominó". Lembrou que os produtores de leite credores da Parmalat deixaram de pagar os seus fornecedores de sal.

Simplificação de exigências para pequeno agricultor é pedida pela CNA

Lúcia Vânia critica a situação da economia brasileira



Lúcia Vânia aponta desatenção com programa social

Ao comentar a situação da economia brasileira, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou a lenta redução dos juros pelo Banco Central, o "excessivo" superávit primário, o recrudescimento do trabalho escravo e o

desemprego. Ela lamentou o que chamou de descaso com os programas sociais e manifestou indignação com o anúncio do corte de R\$ 6 bilhões no orçamento.

A senadora aconselhou ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a leitura de artigo publicado pela *Folha de S. Paulo*, no qual o jornalista Josias de Souza cita relatório da Controladoria Geral da União sobre a Procuradoria Geral da Fazenda. De acordo com o documento, o órgão responsável pela gestão de R\$ 200 bilhões da dívida ativa de grandes empresas consegue arrecadar apenas R\$ 2 bilhões por ano.

Lúcia Vânia mencionou reportagem do *Jornal Nacional*, da Rede Globo, que mostra crianças voltando ao trabalho em Pernambuco, por não receberem bolsa há meses.

Senado dá posse ao segundo suplente de Amir Lando



Paulo Elifas é o novo senador por Rondônia

Tomou posse ontem, no Senado, o segundo suplente de Amir Lando, senador por Rondônia que se licenciou para assumir o Ministério da Previdência Social. O novo senador anunciou que adotará o nome parlamentar de Paulo Elifas e integrará a bancada do PMDB.

Paulo Elifas assumiu o mandato de senador porque o primeiro suplente de Lando, Mário Calixto, teve sua posse no Senado anulada em função de o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE) ter declarado seus direitos políticos suspensos. Ele fora condenado em sentença transitada em julgado.

Como a sentença do TRE foi anterior à sua posse no Senado, a Mesa, em decisão administrativa, declarou nulo o ato de posse. Calixto recorreu da decisão, mas teve seu recurso indeferido pela Mesa.

Almeida Lima diz que Lula fez "piada de mau gosto"

Senador rejeita exigência feita pelo presidente aos prefeitos e governadores



AUSÊNCIA Almeida Lima diz que o presidente deveria ter visitado Nordeste nas piores chuvas

O senador Almeida Lima (PDT-SE) classificou como uma "piada de mau gosto" a afirmação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que o governo financiará a construção de casas para os desabrigados pelas enchentes deste ano após os prefeitos concederem terrenos e os governadores urbanizarem essas áreas.

– É a demonstração exata de que este governo é um padrao ruim – comentou Almeida Lima, lembrando que o financiamento será feito com recur-

sos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ou seja, "o governo federal não entra com nada".

Almeida Lima afirmou que se poderia considerar a declaração de Lula como mais uma das

gafes que o presidente tem cometido, mas ela foi "uma declaração pensada, uma decisão de governo". Por isso, sugeriu incluí-la no "Febeapá", o "Festival de Besteiras que Assola o País", criado por Stanislaw Ponte Preta – pseudônimo do escritor Sérgio Porto.

O senador criticou também o fato de Lula não ter visitado o Nordeste após as piores chuvas – que atingiram a região entre os dias 16 e 18 de janeiro –, mas ter ido a São Paulo no dia 23 inaugurar, ao lado da prefeita Marta Suplicy, uma "fonte luminosa multimídia".

– De forma efetiva, nada chegou ao estado de Sergipe. O governo de Sergipe encaminhou ao Ministério da Integração Nacional relatório circunstanciado e pleito nesse sentido – protestou o senador.

Efraim repudia declaração de Ciro Gomes a O Globo



Efraim defende nomes do PMDB que ocuparam ministério

O senador Efraim Moraes (PFL-PB) repudiou declaração do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, ao jornal *O Globo* de ontem, em que ele critica a atuação dos ex-ocupantes do cargo. Segundo o jornal, Ciro teria dito: "Fica essa pressão para a liberação de recursos. Isso aqui já não é mais a bogeda que era", afirmando que não cederá às pressões para a liberação de recursos sem critérios.

– Os últimos quatro ministros do Ministério da Integração Nacional são do PMDB. José Luciano Barbosa foi indicado pelo líder do partido, senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Antes dele, o ministro foi o líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN). Antes dele, foi o ex-presidente dessa Casa e atual presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Ramez Tebet (PMDB-MS). E antes dele, foi a vez do meu conterrâneo, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) – enumerou.

Mão Santa pede socorro para União e Parnaíba, no Piauí



Mão Santa garante que enchente não decorre de descaso

O senador Mão Santa (PMDB-PI) pediu ações concretas e imediatas do governo federal para socorrer os flagelados das enchentes ocorridas no Piauí. Ele sugeriu que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva coloque em ação os batalhões de engenharia e construção para reconstruir as pontes e estradas do estado, minorando o sofrimento de municípios como União e Parnaíba, que estão ilhados.

– Lula não foi feliz em suas declarações no Piauí, afirmando que as enchentes decorrem do descaso de governantes anteriores. Não é verdade, o governador Alberto Silva construiu diques e eu construí três bairros em Teresina, em terras altas inatingíveis por enchentes – afirmou.

Para o senador, o governo precisa socorrer os municípios com ações concretas, ao invés de ficar apontando supostos culpados.

AJUDA ÀS VÍTIMAS

Será encerrada amanhã a campanha de coleta de medicamentos, realizada pelos servidores do Senado, para as famílias atingidas pelas enchentes no Piauí. Já foram arrecadados 35 caixas de soro fisiológico, 4 mil ampolas de dipirona e cerca de 13 caixas de remédios. Os postos de coleta estão no gabinete 01 da Ala Senador Afonso Arinos e na entrada do prédio do Interlegis.

Demostenes quer esclarecer denúncia sobre Mega-Sena



Demostenes pede informações ao ministro Palocci

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) comunicou que vai enviar requerimento ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, pedindo que a Caixa Econômica Federal preste informações sobre o concurso 529 da Mega-Sena, em decorrência de denúncias apresentadas pelo jornal *Zero Hora*. De acordo com o jornal, há suspeitas de irregularidades nesse concurso, que contemplou 15 ganhadores em uma mesma região do país, todos no Nordeste, "contrariando a lei das probabilidades".

Segundo o senador, o sorteio foi realizado na cidade de Rio das Ostras (RJ). Demostenes citou o matemático gaúcho Davi Castiel Menda, segundo o qual a probabilidade de haver em uma mesma região do país 15 acertadores da Mega-Sena é de uma para 4,5 bilhões.

O fato de o Nordeste estar excluído do horário de verão pode ter beneficiado os acertadores, caso tenham apostado depois do encerramento do sorteio, observou.

Mozarildo diz que índios contestam ONGs sobre reserva



Mozarildo relata audiência pública em Roraima

A comissão de senadores que esteve em Roraima para examinar os problemas fundiários da região ouviu de representantes indígenas que nem todos querem uma única reserva para abrigar várias etnias, informou em Plenário o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR). Segundo o parlamentar, índios ingaricós "disseram isso com todas as letras", contestando principalmente as organizações não-governamentais (ONGs).

Ele informou que a comissão de cinco senadores e assessores ouviu sexta e sábado passados, em Roraima, o governador, três prefeitos, representantes de produtores rurais, dos indígenas e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Nesta semana, a comissão seguirá para Mato Grosso do Sul, onde ouvirá envolvidos em disputas de terras.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma